



MENSAGEM N.º 76 /2020

Manaus, 11 de 09 de 2020.

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Nos termos da Constituição Estadual, encaminho ao criterioso exame de Vossas Excelências e à superior deliberação desse Augusto Poder Legislativo o anexo Projeto de Lei que ***“DISPÕE sobre o Sistema e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas, e dá outras providências”***.

O Projeto de Lei em questão visa adequar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Amazonas às diretrizes impostas pela Lei Federal n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, que ***“Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências”***, garantindo ao cidadão amazonense o direito fundamental à alimentação adequada, nutritiva e segura.

Certo da atenção que Vossas Excelências dispensarão ao Projeto, reitero aos ilustres Senhores Deputados, na oportunidade, expressões de distinguido apreço.

  
**WILSON MIRANDA LIMA**  
Governador do Estado

---

Excelentíssimo Senhor  
Digníssimo Deputado **JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**PROJETO DE LEI N. 406 /2020**

**DISPÕE** sobre o Sistema e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS**

**D E C R E T A:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** O Poder Público garantirá o direito à Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Amazonas, em conformidade com o disposto nesta Lei, observadas as normas do Direito Nacional e Internacional.

**Art. 2.º** O direito humano fundamental à alimentação adequada, objetivo primordial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, é direito absoluto, intransmissível, indisponível, irrenunciável, imprescritível e de natureza extrapatrimonial.

**Art. 3.º** Considera-se Segurança Alimentar e Nutricional a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

**Parágrafo único.** É dever do Poder Público, em todos os níveis, da família e da sociedade em geral respeitar, proteger, promover e garantir a realização do direito humano à alimentação adequada.

**CAPÍTULO II  
DA POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR  
E NUTRICIONAL**

**Art. 4.º** A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, componente estratégico do desenvolvimento integrado e sustentável, tem por objetivo garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, destinados a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, para promoção do desenvolvimento integral da pessoa humana, com base na Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



**§ 1.º** A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será executada mediante plano integrado e intersetorial de ações governamentais e da sociedade civil.

**§ 2.º** O Plano das ações de Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

**Art. 5.º** A participação do setor privado nas ações e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional será incentivada nos termos da Lei.

**Art. 6.º** A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I – promover e incorporar o direito à alimentação adequada nas políticas públicas,

II – promover o acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável;

III – promover a educação alimentar e nutricional;

IV – promover a alimentação e da nutrição materno-infanto-juvenil;

V – promover o atendimento suplementar e emergencial, prioritariamente a indivíduos em situação de vulnerabilidade social e moradores, em situação de risco;

VI – promover o fortalecimento das ações de vigilância sanitária de alimentos;

VII – promover o apoio à geração de emprego e renda;

VIII – promover a preservação e a recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos;

IX – promover o respeito às comunidades ribeirinhas e povos tradicionais, aos povos indígenas e aos hábitos alimentares locais;

X – promover a participação permanente dos diversos segmentos da sociedade civil;

XI – promover a municipalização das ações;

XII – promover o incentivo de políticas integradas, para combater a concentração regional de renda e a consequente exclusão social de parcelas da população;

XIII – promover o apoio à reforma agrária e ao fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, aquicultura e pesca;

XIV – promover o incentivo à agroindústria local;

XV – promover o estímulo a permanente investigação e divulgação do impacto de novas tecnologias sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, como transgênicos, agrotóxicos e aditivos químicos.

**Art. 7.º** O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Plano Plurianual da Ação Governamental – PPAG, se orientará pelas seguintes diretrizes:



**I** – identificar estratégias, ações e metas a serem implementadas, segundo cronograma definido em caráter intersetorial;

**II** – indicar as fontes orçamentárias e os recursos administrativos a serem alocados, para a concretização do direito humano à alimentação adequada;

**III** – criar condições efetivas de infraestrutura e recursos humanos, que permitam o atendimento administrativo ao direito humano à alimentação adequada;

**IV** – definir e estabelecer formas de monitoramento, mediante a identificação e o acompanhamento de indicadores de vigilância alimentar e nutricional.

### **CAPÍTULO III**

## **DOS COMPONENTES ESTADUAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

### **Seção I**

#### **Da Composição**

**Art. 8.º** Integram os componentes estaduais e municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

**I** – a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas;

**II** – o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas – CONSEA/AM;

**III** – a Câmara Intersectorial Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas – CAISAN/AM;

**IV** – a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

**V** – os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional; e

**VI** – as Câmaras Intersectoriais Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

### **Seção II**

#### **Da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Art. 9.º** A Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será realizada no mesmo ano da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, precedida das conferências municipais e ou regionais, de onde sairão delegados, que, ao participarem da Conferência Estadual, poderão ser eleitos como delegados à Conferência Nacional.



§ 1.º A Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional tem como objetivo apresentar proposições de diretrizes e prioridades para a Política Estadual e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como proceder à sua revisão.

§ 2.º No que se refere aos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, serão convocadas e organizadas pré-conferências Estaduais pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CONSEA/AM, ouvidas as entidades representativas.

§ 3.º Nas pré-conferências serão eleitos os delegados à conferência estadual.

**Art. 10.** Da Conferência Estadual participarão, como delegados natos, eleitos em suas devidas instâncias:

- I – Conselheiros do CONSEA/AM;
- II – Delegados municipais e ou regionais;
- III – Delegados de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas.

### **Seção III**

#### **Do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas**

**Art. 11.** O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas, instituído pelo Decreto n.º 24.142 de 07 de abril de 2004, órgão colegiado permanente, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Assistência Social, tem como objetivo deliberar, propor e monitorar as ações e políticas de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** O CONSEA/AM é um órgão autônomo de interação do Governo do Estado com a sociedade, subordinado diretamente à Secretaria de Estado da Assistência Social.

**Art. 12.** Compete ao CONSEA/AM:

- I – apreciar e deliberar sobre a aprovação e monitoramento da Política e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, seus programas, projetos e ações no âmbito estadual;
- II – articular e incentivar parcerias que garantam a mobilização e a racionalização dos recursos disponíveis;
- III – promover a realização e a manutenção das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, definindo os seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, a partir das diretrizes do CONSEA Nacional;
- IV – fomentar a realização das Conferências Municipais e incentivar a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e Câmaras Intersetoriais Municipais de



Segurança Alimentar e Nutricional, com os quais manterá relações de cooperação na consecução dos objetivos da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

**V** – incentivar, coordenar e promover campanhas de educação alimentar e nutricional e de formação da opinião pública sobre soberania alimentar e direito humano à alimentação adequada;

**VI** – propor ao Poder Público Estadual, a partir das deliberações da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de Segurança, Alimentar e Nutricional, com garantia da dotação orçamentária para sua consecução;

**VII** – instituir mecanismos de formação e capacitação em segurança alimentar e nutricional, para os conselheiros e convidados;

**VIII** – manter articulação permanente com conselhos estaduais correlatos, no que diz respeito às ações relativas à Política e ao Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

**IX** – incentivar a elaboração de diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional dos grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, para direcionar o planejamento e priorização de ações do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional;

**X** – elaborar seu regimento interno.

**§ 1.º** O CONSEA/AM poderá solicitar aos órgãos e às entidades da Administração Pública Estadual dados, informações e colaboração para o desenvolvimento de suas atividades, bem como servidores para compor Comissões Técnicas Institucionais.

**§ 2.º** O CONSEA/AM poderá propor a criação do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Art. 13.** O CONSEA/AM será composto por 30 (trinta) membros, sendo:

**I** – um terço de representantes do Poder Público;

**II** – dois terços de representantes de Entidades da Sociedade Civil.

**§ 1.º** Os representantes dos órgãos estaduais e federais participarão do CONSEA/AM, por indicação de seus superiores.

**§ 2.º** Os representantes da sociedade civil serão eleitos em Assembleia própria, após publicação do Edital de Convocação de Eleição das Entidades da Sociedade Civil pelo CONSEA/AM, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

**Art. 14.** Integram a Diretoria do CONSEA/AM o Presidente e o Secretário-Geral.

**§ 1.º** O Presidente e o Secretário-Geral serão escolhidos em reunião da plenária, por maioria simples de seus membros, e designados por ato do Chefe do Poder Executivo, para mandato



de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução, por igual período.

**§ 2.º** O Presidente será da Sociedade Civil e o Secretário pode ser optativo entre Sociedade Civil e Governo.

**§ 3.º** A competência dos membros da Diretoria do CONSEA/AM será estabelecida no Regimento Interno do Conselho.

**Art. 15.** O CONSEA/AM contará com o apoio de Comissão Técnica Institucional, composta por pessoas de grande saber.

**§ 1.º** A Comissão Técnica Institucional será constituída por decisão do Plenário do CONSEA/AM.

**§ 2.º** Os membros da Comissão Técnica Institucional serão indicados pelos dirigentes dos seus respectivos órgãos e/ou entidades, no prazo de 10 (dez) dias, contados da reunião que decidir pela constituição da Comissão.

**§ 3.º** A Comissão Técnica Institucional, que será coordenada por um de seus membros, assistirá às reuniões do Plenário e dele receberá instruções para o planejamento de suas atividades.

**§ 4.º** Os servidores integrantes da Comissão Técnica Institucional ficarão à disposição do CONSEA/AM, sempre que ele a convocar.

**§ 5.º** A participação na Comissão Técnica Institucional não será remunerada, por ser considerado serviço público relevante.

**Art. 16.** Compete à Comissão Técnica Institucional:

I – dar suporte técnico às atividades do CONSEA/AM;

II – acompanhar as ações do CONSEA/AM em seus aspectos técnico, institucional e administrativo, emitir parecer sobre o assunto em discussão.

#### **Seção IV**

#### **Da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Art. 17.** A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas – CAISAN/AM tem como finalidade promover a articulação e a integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública do Amazonas, afetos a área de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, com as seguintes competências:

I – elaborar e revisar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas – CONSEA/AM e das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional:



a) a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando suas diretrizes e os instrumentos para a sua execução e avaliação; e

b) o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade quadrienal, definindo ações e iniciativas anuais, indicando ações programáticas intersetoriais, objetivos estratégicos e específicos, iniciativas metas, fontes de recursos orçamentários e financeiros e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação;

II – coordenar a execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:

a) a interlocução permanente entre o CONSEA/AM e os órgãos públicos de gestão e execução das políticas, programas, projetos e ações vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN;

b) o acompanhamento das propostas do Plano da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, relacionados ao financiamento e gestão das políticas da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e ações integrantes do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

III – monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos nas ações, projetos e programas de interesse da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, no plano plurianual e nos orçamentos anuais;

IV – monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – prestar assessoramento técnico, bem como articular e estimular a integração das políticas e dos planos de suas congêneres municipais;

VI – assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA/AM, pelos órgãos de governo, apresentando relatórios periódicos;

VII - as demais atribuições constantes do Decreto n.º 32.588, de 16 de junho de 2012.

**Parágrafo único.** A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Amazonas – CAISAN/AM terá seus operacionais coordenados no âmbito de sua Secretaria Executiva, e será presidida pelo Titular da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS.

## **Seção V**

### **Dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Art. 18.** Os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional serão criados por lei, nos respectivos Municípios e observarão as diretrizes, os planos e os programas





da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante as diretrizes emanadas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

## **Seção VI**

### **Das Câmaras Intersetoriais Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Art. 19.** As Câmaras Intersetoriais Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional serão criadas no âmbito do Poder Municipal, mediante as diretrizes emanadas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 20.** São gratuitos e considerados de relevante interesse público os serviços prestados ao Estado pelos membros do CONSEA/AM, dos CONSEAS Municipais e das Câmaras Intersetoriais, no âmbito estadual e municipal.

**Art. 21.** Os membros do CONSEA/AM terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, desde que tenham cumprido 70% (setenta por cento) de frequência neste Conselho.

**Parágrafo único.** O CONSEA/AM fará publicação, através de Edital, para composição dos novos membros, ao término do mandato de 02 (dois) anos e de suas respectivas representações.

**Art. 22.** As despesas decorrentes das atividades do CONSEA/AM correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.

**Art. 23.** Ficam revogadas a Lei n.º 3.476, de 03 de fevereiro de 2010, e as demais disposições em contrário.

**Art. 24.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Documento 2020.10000.00000.9.022112  
Data 14/09/2020



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2020.10000.00000.9.022112**

**Origem**

---

**Unidade:** GERENCIA DE PROTOCOLO  
**Enviado por:** TATILCIA CARDOSO DA SILVA  
**Data:** 14/09/2020

**Destino**

---

**Unidade:** DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO  
:

**Despacho**

---

**Motivo:** ANÁLISE E PROVIDENCIAS

**Despacho:** ENCAMINHO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIA